

JOÃO PAULO RODRIGUES<sup>1</sup>

**REGIONALISMO E INSUBORDINAÇÃO: O IMAGINÁRIO SOCIAL PAULISTA E A  
CAMPANHA “CONSTITUCIONALISTA” DE 1932 EM SÃO PAULO**

**Resumo:** Em tempos de conflito as investidas sobre o imaginário social acentuam-se significativamente, contribuindo para o desencadear dos enfrentamentos. Este artigo dedica-se a historicizar o potencial dessa problemática, avaliando as imbricações entre o político e o simbólico na campanha “constitucionalista” de 1932. Esta senda abre caminho para entender as condições de formulação da retórica e a participação da imprensa, de intelectuais e de artistas no levante, aspectos decisivos para a concretização histórica da “revolução”.

**Palavras-chave:** levante de 1932; “revolução constitucionalista”; imaginário social

**Abstract:** In conflict times, the lunges on social imaginary are stronger and contribute to unchain confrontations. This article intends to make a historical discussion on potential problem, studying political and symbolical relations on “constitutionalist” campaign of 1932. This way opens opportunities to understand rhetorical formulation conditions and press, intellectuals and artists participation in revolt, decisive features to historical materialization of “revolution”.

**Keywords:** revolt of 1932; “constitutionalist revolution”; social imaginary

Artigo recebido em: 10/06/2011  
Artigo aprovado em: 31/07/2011

---

<sup>1</sup> Doutor em História - FCL – UNESP/ Assis – SP - Brasil. Professor do Departamento de História e de Pedagogia - Faculdade de Presidente Venceslau e Faculdade de Presidente Epitácio - UNIESP – União das Instituições Educacionais do Estado de São Paulo. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento do CNPq. E-mail: [perfejp@yahoo.com.br](mailto:perfejp@yahoo.com.br)

## Introdução

Relegado por reiteradas abordagens à condição de “reflexo do real”, o imaginário social recebeu, por um longo período, tratamento secundário em relação aos outros ângulos de observação dos grupos sociais pelos historiadores. Não raro, essa condição derivava ora da preponderância de modelos interpretativos calcados na análise do aspecto econômico da sociedade, em detrimento ao âmbito cultural,<sup>2</sup> ora do predomínio limitador do documento escrito nos domínios da história.<sup>3</sup>

Os traços dessa abordagem são notórios no caso da “Revolução Constitucionalista” de 1932 em São Paulo, sobretudo, a partir da criação de um viés interpretativo que, via de regra, classifica as disputas pelo imaginário como meras tentativas da classe dominante paulista de impor sua ideologia para toda a sociedade, isto é, produzir uma imagem invertida da realidade que, em última instância, seria apenas o reflexo de suas aspirações político-econômicas.<sup>4</sup> Embora, alguns estudos, em sintonia com o alastramento da chamada “História Nova”, venham tentando ampliar o escopo de análise, conferindo maior autonomia aos aspectos culturais envolvidos em 1932,<sup>5</sup> não raro, o campo simbólico permanece a espera de abordagens sob novo prisma.

Nessa perspectiva, o presente artigo almeja contribuir para o esforço analítico em curso, problematizando, todavia, questões pouco exploradas, ainda que relevantes para o conhecimento da época. Considerando, como lembra Baczko, que os períodos de revolução são férteis nas investidas sobre os imaginários sociais, pretende-se, já que os insurrectos de 1932 se representam como *revolucionários*, averiguar e historicizar as ações que lançaram mão em suas disputas pelo poder, averiguando as tentativas de apropriação do imaginário regional, sob a hipótese de que na luta pelo simbólico convergem aspectos decisivos para a compreensão da beligerância como um todo.

---

<sup>2</sup> Conforme Baczko, o núcleo dessas interpretações advém da segunda metade do século XIX, quando se firmaram correntes de pensamento científico – notadamente o marxismo – que, em busca do “homem real” ou dos “grupos sociais verdadeiros”, procuravam desvendar o “ilusório” que se interpunha no “real”, como se, de fato, isso fosse possível: “*Ora, a abordagem cientista não observava realmente esses agentes sociais ‘desnudados’, era ela que os construía. Existiriam eles, aliás, fora da finalidade que se propunha a própria abordagem cientista?*” (BACZKO 1984: 297).

<sup>3</sup> Reflexões nesse sentido são desenvolvidas por KOSSOY, 1989; KOSSOY, 2002; FRANCASTEL, 1982 e MENEZES, 2003.

<sup>4</sup> Principalmente: CAPELATO, 1981 e BEZERRA, 1982. Evidentemente, não se trata de questionar o mérito de tais contribuições e tampouco tomar o estudo do imaginário como campo desconexo e sobreposto à sociedade – mesmo porque são as relações entre os homens que dão sentido aos objetos culturais –, ou como caminho derradeiro para explicar o confronto.

<sup>5</sup> Nesse sentido, temáticas como representação e memória ganharam novo alento, ao lado da opção por novas fontes e linguagens de observação, tal como a imagem fotográfica. Ver: BORGES, 1997 e DE PAULA, 1999; VILLA, 2008.

Para tanto, o caminho percorrido passa, inicialmente, pela problematização de alguns dos elementos que conformam a campanha “constitucionalista”, ainda nos meses que antecedem a insurreição, com destaque aos apelos que dirigem aos valores e tensões sociais; em seguida, enfoca-se a expansão do movimento contestatório em São Paulo, em defesa de uma representação regional grandiosa e contra um adversário estereotipado no âmbito do imaginário social, os quais asseguram a esperança de vitória no confronto bélico que se aproxima. Por fim, examina-se a atuação dos produtores de signos culturais e da difusão da propaganda proselitista – como vértice privilegiado de observação da sociedade – na mobilização da população em tempos de confronto, fatores que em conjunto contribuem para uma avaliação da “Revolução Constitucionalista” de 1932.

### **1. Uma batalha pelo político e o simbólico: a retórica “constitucionalista”**

Um olhar sobre a produção histórica atinente à sublevação de 1932 é bastante revelador a respeito da concepção teórica que fundamenta as obras dedicadas, de alguma forma, a captar as tensões que perpassam o campo simbólico. Entre tais estudos, corre livremente a tese de que os combates bélicos inaugurados em 9 de julho são decorrentes de desentendimentos políticos entre a classe dominante paulista – que na companhia de Minas Gerais detivera a hegemonia política do país durante boa parte da Primeira República – e o grupo de “revolucionários” que promoveram a revolução de 1930 contra ela.

Desta feita, depreende-se que ao radicalizar-se das posições em 1932, os valores e aspirações da população foram assediados pela burguesia que, entretanto, procuraria impor-lhe, arbitrariamente, sua visão de mundo: *“Através do discurso ideológico, seus interesses apareciam como universais, ou seja, como os interesses de todos... Dessa forma, as idéias da classe dominante passam a ser aceitas como as únicas verdadeiras e válidas para o conjunto da sociedade”* (CAPELATO 1981: 20). Caberia, assim, ao historiador que se dedicasse ao tema “desmistificar” a “falsa realidade” criada pelos dominantes.

Essa interpretação, se tem o mérito de trazer à tona os avanços do escol dirigente paulista sobre o campo da imaginação social, ao mesmo tempo qualifica-o indiretamente como um plano ilusório, determinado pelas disputas político-econômicas. Nega-lhe, portanto, a condição de vetor de observação da sociedade, capaz de – com linguagem própria – captar as tensões da realidade (FRANCASTEL 1982).

Com isso, o potencial analítico das interações entre a luta política e os valores culturais fica submerso. Afinal, a vigência de símbolos e comunidades de sentido na

sociedade paulista do período, de forma alguma, se resume a mera invenção da classe dominante, fixada pelas estruturas econômicas, para iludir a população. Nesse sentido, Francastel alerta que: “*Exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a uma potência ‘real’, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio*” (BACZKO 1984: 299).

Por este motivo, é fundamental recuperar a campanha proselitista que precede e permeia o entrincheiramento, buscando averiguar os termos desse combate decisivo, porém, pouco explorado pela historiografia. A hipótese de partida é a de que o levante de 1932 só tornou-se possível por consequência da conquista e apropriação dos valores, aspirações e tensões do imaginário social paulista – e não da dominação arbitrária de classe, que equivaleria a equiparar o povo a marionetes –, já que o apoio das massas é que sustenta a elite estadual na pressão contra o Governo Provisório.

Por conseguinte, a análise do panorama geral da sociedade paulista entre a revolução de 1930 e a eclosão da insubordinação de 1932, em perspectiva comparativa com as premissas expostas por Baczko a respeito das técnicas de manipulação do imaginário em conflitos sociais dessa magnitude é alvissareira. Conforme o autor, as investidas sobre o imaginário social em certos episódios acontecem em dupla direção:

Por um lado, estas visavam à constituição de uma imagem desvalorizada do adversário, procurando em especial invalidar a sua legitimidade; por outro, exaltavam através de representações engrandecedoras o poder cuja causa defendiam e para o qual pretendiam obter o maior número de adesões (BACZKO 1984: 300).

A primeira das ações mencionadas pelo autor pode ser classificada como um dos pilares de sustentação da campanha oposicionista em 1932, que, não por acaso, se autodenomina “constitucionalista”. A tarefa de *criar uma imagem negativa do Governo Provisório de Getúlio Vargas frente à população* foi, sem dúvida, uma das armas utilizadas pelas elites de São Paulo que, para tanto, favoreceram-se da complexa situação enfrentada pelos paulistas.

Do manifesto crítico produzido pelo Partido Democrático (PD)<sup>6</sup> e publicado nas páginas do jornal *O Estado de S. Paulo*, tribuna que aglutinaria os revoltosos, advém uma definição clarividente das adversidades vivenciadas a época:

---

<sup>6</sup> O manifesto de ruptura do PD com o Governo Provisório, lançado em janeiro de 1932, traduz o recrudescimento da oposição política a Getúlio Vargas em São Paulo, precedendo em poucas semanas o

ninguém se illude sobre a situação do país. Ao lado de uma política que tem despertado nos Estados sentimentos de tédio, angústia e desapontamento de todos os seus filhos, a paralyzação de negócios, a fallencia do commércio, o definhamento das indústrias, a penúria da lavoura cafeeira, a fuga das espécies metálicas, o aviltamento do dinheiro nacional, a escassez do crédito, a derrocada da fortuna pública e privada, a falta de confiança, a diminuição das arrecadações, a desorganização do formoso quadro do direito nacional, o pavor da instabilidade, o arrocho dos tributos nas malhas de uma insólita tendência legalista, o annuiamento constante dos horizontes, a incerteza de tudo que nos aguarda, em summa, um mal estar geral, sombrio e doloroso (*O ESTADO de S. Paulo*, 15/01/1932).

O diagnóstico aduzido pelo PD apresenta com meridiana evidência a conjuntura do período. A situação econômica do estado de São Paulo, outrora privilegiada, atravessava crise aguda. A sociedade paulista que desde, ao menos, a expansão da produção e comercialização cafeeira, em meados do século XIX, acostumara-se a pujança de seu desenvolvimento material e, sobretudo, ao controle político do país, via-se frente ao desmoronar de um edifício construído, essencialmente, sobre os dividendos da cafeicultura.

A crise capitalista de 1929 e os percalços dos cafeicultores – queda dos preços de sua mercadoria, dificuldade de comercialização, acumulação de excedentes – coincidiram com o declínio da hegemonia política de São Paulo no cenário nacional. O agravante desse processo se concentrava na posse, em 1930, de um grupo heterogêneo de forças no comando do país, disposto a implementar novos rumos na condução do mesmo.<sup>7</sup>

No âmbito social, a situação era delicada. Apesar das medidas adotadas pelo Governo Provisório para solucionar a crise da cafeicultura – compra de estoques, alterações na taxa cambial –, os indicadores não eram favoráveis. A falência de grandes proprietários agrícolas provocara, certamente, a elevação do número de desempregados no campo e a conseqüente diminuição do comércio e dos serviços na cidade, na qual, por sua vez, o embate crescente entre patrões e empregados, especialmente das indústrias paulistas, tornava o clima acirrado.<sup>8</sup>

Os grandes industriais e comerciantes, atingidos direta ou indiretamente pela crise mencionada e insatisfeitos com a ação dos “revolucionários” de 1930, na tentativa de

---

rompimento do Partido Republicano Paulista (PRP) e a formação da Frente Única Paulista (FUP) pela constitucionalização, que aglutinaria PD e PRP em fevereiro do mesmo ano (RODRIGUES, 2009).

<sup>7</sup> As principais discussões sobre a natureza das transformações do período podem ser encontradas em FAUSTO, 1970; DECCA, 1986; FAUSTO, 2002; GOMES, 2000.

<sup>8</sup> Os embates entre a burguesia industrial paulista e o movimento operário nesse período foram investigados por SILVA, 1991 e SILVA, 1999.

resolver os problemas de São Paulo e do país se juntavam aos políticos profissionais, muitos dos quais haviam perdido não só os postos políticos após a revolução, mas, também, boa parte do capital envolvido na cafeicultura, para exigirem o “*direito de serem governados por um interventor civil e paulista*”, oriundo de suas bases.

Diante desse “*mal estar geral, sombrio e doloroso*” vivenciado por São Paulo, naturalmente sua população, habituada a pujança econômica, ainda que nem todos fossem contemplados por ela, não estava satisfeita com a condição momentânea. Além disso, após assumir o poder Getúlio Vargas, aliado ao “tenentismo”, fomentara medidas impopulares para “consolidar a revolução”, tais como a nomeação de interventores de sua confiança nos estados, a suspensão da Constituição e até mudanças nas chefias de polícia locais.

Com oportunismo peculiar, o Partido Democrático beneficia-se da revolta coletiva, que se voltava tanto contra o Governo Central, quanto à própria burguesia paulista, repressora das greves trabalhistas e os políticos, tidos como responsáveis pelas falhas da “República Velha”, para dirigi-la contra seus adversários, atribuindo ao Governo Provisório a responsabilidade exclusiva pelas adversidades paulistas.

Essa iniciativa visa, nitidamente, tornar ilegítima frente à população a autoridade de Getúlio Vargas e de seus correligionários, à medida que, em decorrência de sua inexperiência na administração pública teria cometido equívocos imperdoáveis em São Paulo, reduzindo sua população, antes magnificente, a condições delicadas.

Dessa linha argumentativa proviria um elemento importantíssimo da campanha oposicionista, explorado no âmbito do imaginário e da política. Se era ilegítimo por incapacidade administrativa, não surpreenderia se o governo federal também fosse ilegal, já que obtivera o controle do país por meio de um golpe de Estado, praticamente sem o consentimento popular, e, ainda, suprimira a Constituição vigente: como poderia, então, subordinar legitimamente um povo civilizado como o paulista? O caminho indicado como solução honrosa – com adesões, inclusive, em outros estados – era realizar imediatamente uma Assembléia Nacional Constituinte. Esta, portanto, condensa as diversas aspirações coletivas não como fim, mas como meio para reverter a situação de coisas em curso.

Erigida a imagem desvalorizada do adversário, restaria ainda, como lembra Baczko, *exaltar com representações engrandecedoras o poder que defendiam*, procurando arregimentar quantidade ampla de adeptos. Nada mais propício, então, do que classificar São Paulo como o “poder em ação”. Nesse sentido, o regionalismo paulista, cultivado no âmbito cultural pelos homens de letras de São Paulo desde, ao menos, a segunda metade do

século XIX<sup>9</sup> e difundido por eventos públicos e pelos meios de comunicação, constituir-se-ia em argumento valioso. Glorificando São Paulo, que, no entanto, se tornara “terra conquistada”, a classe dominante canalizaria o ressentimento popular – evidente no comparativo entre as grandiosas tradições decantadas e a realidade conjuntural – em direção ao amotinamento. Essa tarefa recaiu especialmente sobre a “Liga de Defesa Paulista” (LDP), entidade criada em maio de 1931 com o objetivo de defender as tradições e o patrimônio estadual, ainda que militarmente se fosse preciso.<sup>10</sup>

Delineava-se, assim, o outro pilar da guerra travada no campo simbólico contra os “revolucionários” de 1930. Ao classificar São Paulo como a potência lesada pelos adversários, obtinha-se uma arma de combate notável, à medida que aglutinava as insatisfações não apenas da elite que chefiava a Liga, mas, também, da população, direta ou indiretamente, afetada pelo “mal estar geral” da época. Além disso, inscrevia o momento presente no imaginário regional mais antigo, expediente central no embate em questão, uma vez que no âmbito da imaginação social uma coletividade designa a sua identidade, elabora certa representação de si, estabelece a distribuição dos papéis e das posições sociais, delimita o seu “território” e as relações com os outros; formando a imagem dos amigos e dos inimigos.

Desta forma, as bases do manejo do imaginário social, ainda em inícios de 1932, já estavam sendo formuladas. Todavia, a eficácia da campanha oposicionista dependeria da produção de uma linguagem comunicável e, também, de sua difusão, tal como conceberam seus articuladores.

## **2. A campanha oposicionista cresce: entre a política e o regionalismo (janeiro a junho de 1932)**

Com o auxílio dos partidos políticos e do jornal *O Estado de S. Paulo*, a LDP procurou disseminar a retórica formulada, promovendo eventos, principalmente, em datas comemorativas da tradição regional, com intuito nítido de agregar os paulistas num só sentimento.

Nessa perspectiva, um comício realizado ainda no dia 25 de janeiro de 1932, por ocasião do aniversário da cidade de São Paulo é elucidativo. Mediante as dificuldades que

---

<sup>9</sup> Sobre esse assunto ver ABUD, 1986; FERREIRA, 2002; LUCA, 1999; e SCHWARCZ, 1993; entre outros.

<sup>10</sup> Apesar de definir-se como sociedade secreta, a LDP, composta principalmente por pessoas ligadas às faculdades e aos partidos políticos, cujas resoluções tinham como ponto comum o estabelecimento de táticas de defesa da autonomia política e econômica de São Paulo (DAVIDOFF, acesso em 11/02/2006).

o estado atravessava no período, no evento, classificado pelo *O Estado de S. Paulo* como “*uma manifestação cívica de extraordinária imponência*”, discursariam representantes de corporações profissionais tradicionais da sociedade paulista, exaltando as contribuições históricas de São Paulo ao Brasil. Antônio Augusto de Covello, por exemplo, político ligado a Ordem dos Advogados de S. Paulo, relembrou “*atos capitais da trajetória de Piratininga*”, nos quais “*despertara a consciência de sua missão histórica em favor da nacionalidade*”:

É neste recanto da terra americana, diz o dr. Covello, que se forjam os corações de bronze dos... paulistas e se articulam os cyclopes lendários, aos quaes o destino commeteu a obra de construção da nossa nacionalidade.

A integração da grandeza territorial do Brasil é obra de paulistas; e, pois, em terra paulista devia germinar e amadurecer a idéia de independência, consummada nas eminências sagradas da collina de Ipiranga. Dá São Paulo, ainda, ao Brasil os Andradas.... (*O ESTADO de S. Paulo*, 26/01/1932).

Ora, o discurso de Covello reproduz cabalmente a disputa pelo simbólico aludida, cumprindo bem o papel de difusor da interpretação perpetrada ao disseminar não apenas a exaltação ao poder que defende, mas estimular o ressentimento do paulista contra o adversário. Ao reificar uma tradição regional épica, inventada a partir do século XIX e atualizada no início do XX por diversos intelectuais, o orador legitima a leitura de que o destino confiara a São Paulo a construção da nação e este a honrara, historicamente, por meio das ações dos seus filhos bandeirantes, republicanos e muitos outros. Como poderia, então, um povo que “*formou a nacionalidade*” suportar a humilhação de sequer poder governar-se em um momento doloroso? A Constituição seria uma necessidade.

Não raro, nessa solenidade a difusão da exaltação a São Paulo era inseparável da propagação da imagem negativa que se procurara criar dos “*revolucionários*” de 1930. Em um panfleto anônimo distribuído durante o comício incitavam-se os brios do paulista:

25 de Janeiro!  
Dia de São Paulo...  
Mas S. Paulo é hoje uma terra conquistada!  
Até quando paulistas? (*25 DE JANEIRO*, 1932).

O reverberar desses valores e tensões em meio à multidão não deve ser subestimado. Considerando a agitação popular, manifesta em diversas fontes de época, se



pode supor que tão relevante quanto às palavras proferidas com entusiasmo eloqüente pelos organizadores da festividade era a ressonância das mesmas, traduzidas nas manifestações de apoio e nos gritos de “Viva São Paulo” despertados pelo povo.

Nesse sentido, o papel do comício de janeiro pode ser compreendido baseando-se em sua dupla função, ou seja, se, por um lado, transmitia aos paulistas uma determinada versão épica da história regional – apropriada pela elite insatisfeita –, por outro, constituía-se como cerimônia com valor de ritual e de apelo à ação, já que reunia os cidadãos em um lugar simbólico estratégico – centro de São Paulo –, permeado por signos de relevo, como as bandeiras do estado e do país, cultuava-se uma “*entidade superior a todos os indivíduos*” – São Paulo e seus heróis –, e, principalmente, agia como semióforo,<sup>11</sup> capaz de ligar o visível ao invisível, situado no tempo.

Assim, os paulistas do presente congregavam-se como descendentes diretos de um passado glorioso, habitado pelo Padre Anchieta e os “desbravadores bandeirantes”, cuja missão lhes deixara por herança; ideais encorajadores para mobilizarem-no a enfrentar as adversidades de seu tempo na “construção da nação”.

Tal condição abria, ainda, possibilidades imensas para a ampliação do sentimento hostil dos paulistas contra os “estrangeiros” que ocupavam o estado, traduzidas, inclusive, em termos raciais (WEINSTEIN 2003). Revestido pela condição de defensor de São Paulo, o cidadão paulista se via ofendido pelas práticas políticas, supostamente mal intencionadas, do “tenentismo” e dos grupos que apoiavam o Governo Central, como a cobrança de uma taxa de 2% ouro sobre as mercadorias negociadas no Porto de Santos – a qual não era aplicada ao Porto do Rio de Janeiro, por exemplo.

A insatisfação popular contra a “conquista de seu território” se intensifica ao longo dos primeiros seis meses de 1932, expressando-se com maior vigor em episódios como o ocorrido em meados de maio. “Informada” pela Frente Única Paulista (FUP) da visita de Oswaldo Aranha, ministro de Getúlio Vargas, a São Paulo, a multidão manifesta hostilidade à presença de um “estrangeiro” em sua capital, procurando demarcar sua posição por meio de um ataque à sede simbólica do inimigo, que era o prédio ocupado pelo Partido Popular Progressista (PPP), entidade aglutinadora das lideranças do “tenentismo” em São Paulo. A reação da vigilância do local, no entanto, e o confronto terminariam com

---

<sup>11</sup> Emprega-se esse termo no sentido usado por CHAUI, 2001.

a morte de quatro paulistas: Martins, Miragaia, Dráusio e Camargo. O levante militar nem havia começado e a população já tinha seus “heróis mártires”.<sup>12</sup>

O acontecimento foi registrado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como conseqüência dolorosa da humilhação imposta pelo Governo Provisório a São Paulo:

Tudo o que era nosso, os nossos recursos financeiros, as armas dos nossos soldados, a liberdade e a vida dos nossos cidadãos, ficou, durante esses longos meses sombrios, ao serviço de um caudilhismo vexatório e doloroso. Por causa desse caudilhismo, e para lhe saciar a sede, sangue paulista, o generoso e quente sangue da mocidade, foi derramado nas ruas desta capital (*O ESTADO de S. Paulo*, 25/05/1932).

A límpida associação entre a violência do povo e a idéia de “justiça popular” nas páginas de *O Estado de S. Paulo*, torna evidente o assédio despudorado da elite paulista sobre o imaginário e suas múltiplas possibilidades, afinal: “*designar o inimigo no plano simbólico; mobilizar as energias e representar as solidariedades; cristalizar e ampliar os temores e esperanças difusos. Todos convergem para a legitimação da violência popular*” (BACZKO 1984: 316).

Das mostras de êxito na batalha travada no campo simbólico<sup>13</sup> advém à Frente Única Paulista e as entidades e grupos que a apoiavam a confiança para exigirem do Governo Provisório a satisfação de seus interesses, que em parte o são também da população. A “solução armada” que se impunha, entretanto, projetaria a campanha a outro nível, capaz de conquistar “corações e mentes”, desta vez para um combate de vida ou morte.

### **3. A propaganda proselitista em tempos de confronto**

Em se tratando de mobilizar e manter elevado o ânimo popular para a guerra, o domínio dos meios de difusão e a intensidade dos apelos ao imaginário social teriam que

---

<sup>12</sup> Para organizar a “defesa armada de São Paulo”, a FUP e as entidades que lhe coadjuvavam utilizam o poder simbólico dos “mártires” de 23 de maio para fundar uma sociedade encarregada de divulgar os ideais “constitucionalistas” por todo o Estado e arregimentar o apoio da população: a MMDC. Ao pronunciar esta sigla, todo paulista deveria lembrar-se de que a guerra pela defesa de seu território já havia começado e que o sangue derramado pela “mocidade” clamava por justiça (DAVIDOFF, acesso em 11/02/2006).

<sup>13</sup> Isso não significa, porém, que a adesão popular ao confronto tenha sido plena, nem que todos os símbolos utilizados na campanha proselitista tenham obtido o reconhecimento almejado. Holien Gonçalves Bezerra propõe que o proletariado se manteve afastado da luta, ao passo que Jeziel De Paula afirma o contrário (BEZERRA, 1988; DE PAULA, 1999).

ser sensivelmente dobrados. Para tanto, valer-se das possibilidades que se apresentam às relações entre informação e imaginação parece ser uma das estratégias de ação da FUP.

Por conseguinte, em tempos de confronto, as elites de São Paulo investem decisivamente sobre a organização da propaganda proselitista.<sup>14</sup> Sinaliza, nesse sentido, a criação, já no início do enfrentamento, da Comissão Central de Propaganda Cívica, sob os olhares atentos do “Supremo Comando Revolucionário”, bem como a implementação do Serviço de Publicidade da LDP.

A Comissão Central de Propaganda Cívica – com vinculações junto à MMDC – e o Serviço de Publicidade da LDP concentrariam esforços no domínio dos meios de comunicação e, principalmente, na arregimentação de artistas e intelectuais hábeis no manejo dos bens simbólicos. Elucidativa a esse respeito é a adesão, praticamente irrestrita, da “grande imprensa” – com o envolvimento de alguns diretores, inclusive, na organização da luta – e das rádios paulistas à campanha “constitucionalista”, agregando órgãos de diferenciadas orientações religiosas, políticas e ideológicas.

Apenas na capital de São Paulo, a propaganda proselitista contou com o apoio do: *Diário Nacional, Diário de São Paulo, Diário da Noite, O Estado de S. Paulo, A Platéia, A Gazeta, Diário Popular, Folha da Manhã, Folha da Noite, Século e Operário*. As três rádios paulistas, cuja implantação remete aos finais da década de 1920, também converteram parte significativa de suas programações em informes sobre a guerra – praticando, como era de se esperar, a autocensura das notícias “prejudiciais a São Paulo” – e programas partidários da causa. Destaque-se a criação do “Rádio Jornal”, que sob a coordenação de Plínio Barreto, dirigente de *O Estado de S. Paulo* e da Comissão Central de Propaganda Cívica, era veiculado pela *Rádio Sociedade Record, Rádio Educadora Paulista e Rádio Cruzeiro do Sul* e encarregava-se de “esclarecer” a opinião pública de São Paulo e, também, de estados vizinhos sobre a natureza do levante “constitucionalista”.

Ainda no âmbito da difusão da retórica e dos apelos ao imaginário, a Comissão Central de Propaganda criou as “*Bandeiras Cívicas*”, encarregando-as de aprofundar a campanha empreendida pelos meios de comunicação de massa no interior do estado. Não por acaso, o nome escolhido para batizar a idéia remete às expedições bandeirantes, uma

---

<sup>14</sup> É possível valer-se de alguns pressupostos da publicidade comercial para compreender a propaganda “constitucionalista” em 1932. Considerando ser o objetivo das técnicas de venda acelerar o consumo, suas linhas de ação concentram-se em tendências preexistentes no mercado e não na inculcação de disposições inéditas, cuja assimilação seria mais demorada e menos lucrativas. De modo semelhante, a propaganda paulista, para sensibilizar a população em grande escala, apropriar-se-ia de imagens e valores preexistentes na sociedade, adaptando-os à suas necessidades. Isso não significa, porém, que a propaganda reflita mecanicamente a realidade da época ou tenha a capacidade de manipular ilimitadamente a sociedade, já que se insere na dinâmica das práticas sociais (ARRUDA, 1989; MARANHÃO, 1988).

vez que ao empreendimento do momento atribuía-se a “nobre missão” de partir em caravanas, instigando os espíritos para a “defesa de São Paulo”, por meio de comícios e palavras entusiasmantes dos “tribunos” e “oradores populares”.

Norteadas pelo culto a São Paulo, tais solenidades, realizadas nas diversas cidades paulistas, eram precedidas por ampla panfletagem, destinada a incitar os seus habitantes e convencê-los a pegar em armas na “*proteção de seu território*”. Em Bariri, os termos utilizados no impresso distribuído demonstram o teor da campanha efetuada:

É de conveniência geral que São Paulo lance fora do seu território às tropas ditatoriais que estão maculando com a sua presença e mostrar à Ditadura que se acha em condições de compeli-la a restituir ao Brasil a dignidade perdida. Para fazê-lo bastar-lhe-á armar e transportar para as linhas de frente a reserva que ainda se acha intacta (*PARA a Brigada do Sul*, 1932).

Os inúmeros panfletos aliados a outros tantos pequenos jornais proselitistas, criados no “calor da hora”, testemunham a existência de um ciclo fechado de comunicação e difusão das tentativas da elite paulista em manipular os imaginários sociais. Das palavras e das imagens propaladas na “grande imprensa”, veiculadas massivamente nas ondas do rádio, ritualizadas nos comícios e caravanas, difundidas em jornaizinhos e panfletos e repercutidas nos boatos surge um ciclo de comunicação marcado pela complementaridade dos diversos meios difusores e que contribuirá para a efetivação de uma “comunidade de sentido”.

#### **4. Artistas e intelectuais em ação: a investida sobre o imaginário regional como panacéia para a “vitória constitucionalista”**

A luta dos insurrectos pelo controle dos meios de comunicação de massa, contudo, certamente não alcançaria os resultados esperados, se não conquistasse, também, os produtores de signos culturais. Por isso, o apoio dos intelectuais e artistas, co-responsáveis pelo manejo dos bens simbólicos e do imaginário social, figura entre as necessidades centrais dos “constitucionalistas”.

Simbolicamente denominada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como “Cruzada Artística”, a participação de personalidades como Alfredo Ellis Junior, Cassiano Ricardo, Guilherme de Almeida, Menotti Del Picchia, Mário de Andrade, Monteiro Lobato, Paulo Setúbal, Victor Brecheret, Belmonte, Camargo Guarnieri e Guiomar Novais Pinto, dentre

muitos outros, expressou-se em níveis diversos, englobando desde as criações artísticas e o prestígio transmitido a causa em pugna até as contribuições materiais para a sustentação do conflito.

Além disso, Alfredo Ellis Junior, por exemplo, intelectual que produziu diversos estudos sobre a história de São Paulo, propugnando a necessidade da liderança do estado diante da Federação, e integrou instituições de relevo à época, como o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, aderiu com tamanha convicção à insubordinação que participou dos quadros diretivos da LDP e, iniciados os choques, partiu para o *front*, retornando da luta apenas após sofrer ferimento que o impediu de continuar o combate (FERREIRA 2002: 332).

Posições radicalizadas que assumiram, ainda, outros intelectuais e artistas. Monteiro Lobato, embora não estivesse envolvido na conspiração, chegou ao extremo de defender o separatismo como solução para os impasses; o poeta Guilherme de Almeida, da Academia Brasileira de Letras e jornalista de *O Estado de S. Paulo*, produziu diversos textos publicados em jornais, panfletos e proclamados nas rádios, conclamando os paulistas a sustentarem o combate, a todo transe. Como consequência dessa postura, Almeida seria condenado ao exílio após a deposição de armas dos sublevados.

Interessa notar na ação desses intelectuais e artistas, o caráter de sua condição de ser social, como alerta Raymond Williams (1980). De modo algum, a produção artística pode ser desvinculada das relações sociais – ou classificada como o reino da passividade –, seja para a análise formalista, que se baseia, no caso da literatura, na avaliação do texto por seus próprios elementos, ou para algumas correntes de interpretação do pensamento marxista, que tende a classificar os aspectos culturais como superestrutura, de forma determinista. O artista está imerso em relações sociais e, por vezes, engaja sua arte, mas de modo criativo – e não determinado pelas condições econômicas –, na sociedade em que está mergulhado. Nesse sentido, o compromisso social do artista redundará numa obra alienada, mas, dialeticamente, consciente, comprometida com a causa que defende.

Essa constatação é importante porque o artista é um mediador cultural, cuja produção é imprescindível para a exploração do imaginário social, conforme lembra Francastel:

Mesclando elementos de realidade escolhidos no percebido imediato com elementos tirados das tradições imaginárias do indivíduo ou da sociedade, o artista utiliza as técnicas para informar uma matéria. Ele cria

assim objetos para permitir à sociedade tomar consciência dela mesma e comunicar a outras suas hipóteses (FRANCASTEL 1982: 16).

Ainda que nem sempre submeta sua criação inteiramente aos propósitos do mecenas, é inegável o caráter engajado da arte e do artista, tal qual da literatura e demais linguagens visuais, sonoras ou escritas. Em 1932, o apoio de intelectuais e artistas contribuiu para a criação de uma linguagem visual, tão relevante quanto à escrita, expressa em imagens, fotografias, cartazes, emblemas, cartões-postais e pinturas, dentre muitos outros objetos e símbolos, que, portanto, conferem ao pesquisador elementos de informação que de outro modo não possuem.

A profusão da produção artística atingiu a população de São Paulo de diversos modos, abrangendo, inclusive, os objetos mais elementares como o dinheiro, que foi convertido no *Bônus Pró-Constituição*, e as correspondências, cujos selos traziam mensagens e símbolos proselitistas. Ao contrário do que se poderia supor, os objetos artísticos não eram apenas complementos da linguagem escrita, pois, alcançavam dimensões e emoções inacessíveis às outras formas de linguagem. No *Bônus Pró-Constituição*, por exemplo, figuravam insígnias de paulistanidade, centradas em personalidades históricas de São Paulo, como os celebrados bandeirantes, que sugeriam o dever de aderir à luta. Abaixo, em destaque, Fernão Dias Paes Leme figura como garantia da força e da vitória paulista:



*Imagem 1: Bônus Pró-Constituição que circulou em São Paulo durante o levante. Fonte: MARTINS, 1954.*

Já nos cartões-postais, ganha destaque a bandeira de São Paulo junto à do Brasil, cujo significado latente a ser interiorizado era o caráter nacional do conflito, ante a pecha do separatismo, atribuída pelo Governo Provisório e, ainda, o fortalecimento da idéia de que a luta do estado era para redimir o Brasil, missão histórica dos paulistas:



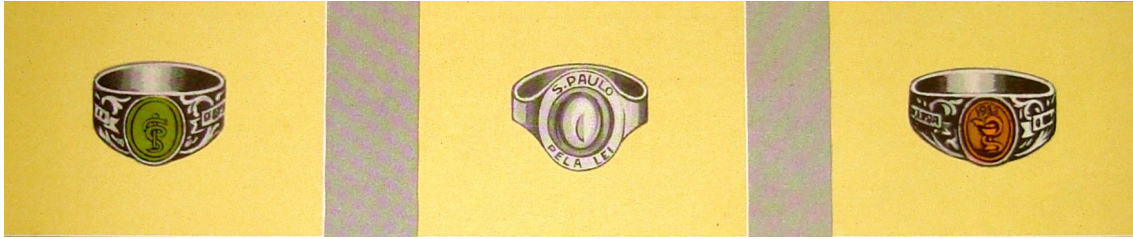
Imagem 2: Cartão-postal distribuído gratuitamente aos paulistas. Fonte: Memorial 32 – Centro de estudos José Celestino Bourroul (São Paulo/SP)

Fortalece essa percepção, os símbolos ligados à Lei e a Constituição. Além disso, os cartões-postais também traziam mensagens encorajadoras para os soldados, representando-os como os grandes heróis do presente, legítimos continuadores da obra de seus antepassados.

Muitos outros símbolos perpassaram o cotidiano da população paulista, relacionando o levante, notadamente, a mais uma incumbência de São Paulo em defesa da nação. Os distintivos militares e os anéis simbólicos solicitavam a adesão plena ao amotinamento, bem como defendiam a legitimidade do mesmo:



Imagem 3: Distintivos forjados durante a pugna. Fonte: MARTINS, 1954.



*Imagem 4: Anéis simbólicos distribuídos em troca de donativos para a campanha “constitucionalista”. Fonte: MARTINS, 1954.*

Com efeito, uma das demonstrações cívicas de maior relevância simbólica deu-se por meio da “*Campanha do ouro para o bem de São Paulo*”. Envolvendo artistas e intelectuais de prestígio como Mario de Andrade, os esforços coordenados pela Associação Comercial de São Paulo almejavam não apenas a arrecadação de fundos para o custeio das operações militares, mas a doação dos bens mais preciosos do paulista – anéis de formatura, alianças de casamento, jóias – para a satisfação das necessidades de uma entidade digna de culto: São Paulo. Tal inferência fica nítida na alegoria de Belmonte, exposta a seguir:



*Imagem 5: “Campanha do ouro para o bem de São Paulo”. Fonte: CAPELATO, 1981.*



Abaixo da ilustração, a legenda corroborava o espírito de abnegação conclamado pela campanha proselitista: *“O mais soberbo espetáculo de generosidade, civismo e renúncia está representado na campanha do ouro. As proporções das ofertas, absolutamente espontâneas, sem esperança de compensação, superam os cálculos...”*.

Não bastasse a abrangência dos ideais “constitucionalistas” na arte figurativa, levada a efeito por meio das alegorias e demais objetos mencionados, outros componentes da linguagem visual também atuaram a serviço da pugna. Na era da reprodutibilidade técnica e do foto-jornalismo, a fotografia foi largamente utilizada, sobretudo pelos jornais, a fim de aproximar o leitor dos acontecimentos. Servindo-se da suposta natureza objetiva da fotografia, as elites de São Paulo procuraram ganhar novos adeptos, como sugere a fotografia abaixo:



*Imagem 6:* Desfile de “batalhões” infantis. Fonte: MEC/ FUNARTE, 1982.

Se basearmos nossa observação nos estudos de Boris Kossoy (1989; 2002) e no método iconográfico de análise das imagens, do qual esse autor faz uso – embora com adaptações –, deparar-nos-emos com elementos centrais para relativizar o suposto valor testemunhal da imagem fotográfica. Segundo Kossoy, a fotografia contém em si realidades e ficções e, de modo algum, é um testemunho fiel da realidade da qual origina – a primeira

realidade. Desta forma, a fotografia é uma segunda realidade, criada pelo fotógrafo – contratado ou não por terceiros –, em um tempo e espaço precisos, valendo-se de uma tecnologia determinada e privilegiando um assunto selecionado do real. Portanto, o fotógrafo é um “filtro cultural” que se interpõe entre a primeira realidade, a do período histórico, e a segunda realidade, a do documento fotográfico.

Acrescente-se a tal criação, as possibilidades de manipulação laboratorial e a representação de si, forjada pelo fotografado, que não raramente procura construir sua imagem para a memória. Assim, *“entre o assunto e sua imagem materializada ocorreu uma sucessão de interferências ao nível da expressão que alteraram a informação primeira”* (KOSSOY 2002: 77).

Diante disso, a fotografia exposta acima é claramente fruto de um processo de criação com vistas a induzir a população a aderir a “Revolução Constitucionalista”. Produzida por incumbência do comando “revolucionário”, durante um desfile em homenagem a São Paulo, o fotógrafo seleciona, em meio a um universo visível, o assunto que pode atender com maior eficiência ao propósito que lhe cabia. Fica patente, à primeira vista, a idéia de que a guerra era um levante consensual – e legítimo – em São Paulo, cujas reservas militares seriam tão vastas que atingiriam até mesmo batalhões infantis, como se, de fato, as crianças pudessem lutar num confronto armado. Se assim o fosse, por que os sublevados foram derrotados?

Tal análise, contudo, comportaria ainda outros elementos atinentes a trajetória completa, e, talvez, mais importante desta fotografia. Além do caráter tendencioso da imagem, é preciso atentar para sua função no imaginário social. Considerando a proposta de Ulpiano T. Bezerra de Menezes sobre o campo visual, é preciso *“incluir a materialidade das representações visuais no horizonte dessas preocupações e entender as imagens como coisas que participam de relações sociais e, mais que isso, como práticas materiais”* (MENEZES 2003: 14). Assim, é necessário considerar não só o circuito da produção, mas, também, da circulação e da apropriação.

No nível interpretativo, a presença de crianças, que tradicionalmente representam a inocência, revestidas por paramentos simbólicos como a farda que os soldados “constitucionalistas” usavam, a bandeira de São Paulo e do Brasil e as miniaturas de canhões de guerra, sintetizam toda a suposta legitimidade da luta. Considerando o sentimento de paulistanidade exacerbado à época, pode-se supor a importância desta e de outras imagens fotográficas da época, à medida que, valendo-se da reprodutibilidade técnica, a circulação se amplia e a apropriação dos símbolos presentes na fotografia

reverbera no imaginário social. Esse teor apelativo, talvez, ajude a compreender a dedicação e o vigor com que o paulista lutou contra a “ditadura” nas armas e, posteriormente, no âmbito da memória.

### **Considerações finais**

Derrotado nos campos de batalha e punido com o exílio das principais lideranças da sublevação, o final do confronto revelaria, com meridiana evidência, as condições precárias do Exército “Constitucionalista”. São Paulo não poderia vencer a guerra, ao contrário do que havia assegurado a campanha proselitista.

Surpreendentemente, todavia, o malogro bélico não coincidiu com o arrefecimento do embate simbólico, que renderia ainda outros capítulos. No âmbito da memória, contraditoriamente, cristalizar-se-ia uma imagem vitoriosa, diferente da dos acontecimentos, calcada na concepção de que São Paulo triunfara no plano moral ao tornar irrevogável a realização da Assembléia Constituinte em 1933/34.

Novamente, no imaginário social – como prova de sua relevância para a compreensão da sociedade – se perpetuaria a contenda política, delimitando heróis e vilões, culpados e inocentes, fatos dignos de serem lembrados ou esquecidos. Nos domínios da memória, sob a representação magnificente de São Paulo e a imagem estereotipada do Governo Provisório, que apresentava outros projetos de avanço para o país, se abrigaria não mais a campanha pela autonomia estadual, mas a épica “Revolução Constitucionalista”, celebrada como marco da luta democrática dos paulistas para a construção da nação.

### **Referências Bibliográficas**

ABUD, Kátia M. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**: a construção de um símbolo paulista, o Bandeirante. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História – FFLCH – Universidade de São Paulo.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação Social. In: **Enciclopédia Einaudi**, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984.

BENJAMIM, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. In: **Obras Escolhidas**: magia e técnica, arte e política. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BEZERRA, Holien Gonçalves. **Artimanhas da Dominação**: São Paulo – 1932. São Paulo: USP, 1982. Tese (Doutorado em História). FFLCH – Universidade de São Paulo.

- BORGES, Vavy Pacheco. **Memória Paulista**. São Paulo: Edusp, 1997.
- CAPELATO, M. H. **O Movimento de 1932: a causa paulista**. SP: Brasiliense, 1981.
- CHAUÍ, M. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária**. Perseu Abramo, 2001.
- DAVIDOFF, Carlos H. *Revolução de 1932*. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930**. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>> Acesso: 11/02/2006.
- DECCA, Edgar Salvadori de. **O Silêncio dos Vencidos**. 3ªed. SP: Brasiliense. 1986.
- DE PAULA, J. **1932: Imagens Construindo a História**. Campinas: Unicamp, 1999.
- FAUSTO, B. **A Revolução de 1930: Historiografia e História**. SP: Brasiliense, 1970.
- \_\_\_\_\_. **História Concisa do Brasil**. SP: Edusp/ Imprensa Oficial de SP, 2002.
- FERREIRA, Antônio Celso. **A epopéia bandeirante: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940)**. São Paulo: Unesp, 2002.
- FRANCASTEL, Pierre. **A Realidade Figurativa**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- GOMES, Ângela de Castro. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCS, Lilia Moritz (Org.). **História da Vida Privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. Vol. 4, São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Editora Ática, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Realidades e Ficções na Trama Fotográfica**. SP: Ateliê Editorial. 2002.
- LUCA, T. R. **A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação**. SP: Unesp, 1999.
- MARTINS, J. B. **Álbum de Família: 1932**. SP: Martins, 1954.
- MEC/ FUNARTE. **Revolução de 32: A Fotografia e a Política**. RJ: Funarte/CPDOC, 1982.
- MENEZES, U. T. B. de. Fontes visuais, cultura visual. Balanço provisório, propostas cautelares. **Revista Brasileira de História**. SP: Anpuh/ Humanitas, vol.23, nº. 45, 2003
- PARA a Brigada do Sul*. São Paulo: Panfleto Comissão de Alistamento de Bariri, 1932.
- 25 DE JANEIRO!* São Paulo: Folha volante anônima, 25/01/1932.
- SCHWARCZ, L. K. M. **O espetáculo das raças. cientistas, instituições e pensamento racial no Brasil: 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993;
- RODRIGUES, João Paulo. **O Levante “Constitucionalista” de 1932 e a Força da Tradição: Do confronto bélico à batalha pela memória (1932-1934)**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista, Assis/SP.

SILVA, Zélia Lopes da. **A Domesticação dos Trabalhadores nos anos 30**. São Paulo: Marco Zero/CNPq, 1991.

\_\_\_\_\_. **A República dos Anos 30. A sedução do moderno**: novos atores em cena: industriais e trabalhadores na constituinte de 1933-1934. Londrina: Ed. UEL, 1999.

VILLA, Marco Antonio. **1932**: Imagens de uma Revolução. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2008.

WEINSTEIN, Barbara. Racializing regional difference: São Paulo vs. Brazil, 1932. In: APPELBAUM, Nancy; MACPHERSON, Anne; ROSEMBLATT, Karin (orgs). **Race and nation in Latin America**. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2003.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo y literatura**. Barcelona: Ediciones Península, 1980.